

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA  
DO NOVO PROGRAMA DE  
ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

**NOVO PAC**



ORÇAMENTOS FISCAL E  
DA SEGURIDADE SOCIAL  
**EXERCÍCIO 2024**

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

## Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

### Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

### Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

### Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

### Secretaria de Orçamento Federal – SOF

*Subsecretária de Temas Transversais*

Elaine de Melo Xavier

*Coordenadora-Geral de Revisão de  
Gastos e Investimentos Plurianuais*

Denise Herminio Gontijo

#### *Equipe Técnica*

Carlos Luiz Marques da Silva

César Augusto Dumont Labuto

Jairo Gabriel Soares de Sousa

Jucemara Castro Velloso

#### *Projeto Gráfico e Diagramação*

Víctor Gomes

Última alteração: 30 de maio de 2025.

\*É permitida a reprodução total ou parcial,  
desde que citada a fonte.

### Ministério do Planejamento e Orçamento

[gov.br/planejamento](http://gov.br/planejamento)

X @planejamentoeorcamento

📷 @minplanejamento

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório de execução orçamentário-financeira do novo programa de aceleração do crescimento - Novo PAC :  
orçamentos fiscal e da seguridade social : exercício 2024 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de  
Orçamento Federal. – Brasília : SOF/MPO, 2025.

48 p. : il.

Contém anexos.

1. Novo PAC - Orçamento - 2024. 2. Programa de desenvolvimento. 3. Crescimento econômico. 4.  
Desenvolvimento socioeconômico. 5. Inclusão social. 6. Execução orçamentária. 7. Execução financeira. I. Brasil.  
Ministério do Planejamento e Orçamento.

CDU 336.14:354

# Apresentação

Consideramos a transparência orçamentária um valor e, por isso, trabalhamos a cada ano em inovações que permitem às cidadãs e aos cidadãos de todo o país melhor compreender e acompanhar como os recursos arrecadados pelo Estado estão sendo aplicados.

Em 2024, disponibilizamos o subpainel do PAC no Painel do Orçamento Federal, permitindo que qualquer pessoa com acesso à internet, sem a necessidade de nenhum cadastro ou senha, acompanhasse a execução das programações orçamentárias que financiam os empreendimentos do Programa nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Com a publicação deste relatório, cumprimos uma das medidas institucionais previstas para o Ministério do Planejamento e Orçamento no eixo de planejamento e gestão de compras públicas do Novo PAC e ofertamos à sociedade mais um instrumento de acompanhamento deste importante programa de investimentos.

Boa leitura!

**Clayton Montes**

Secretário de Orçamento Federal

# SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>2.</b>	<b>O Novo PAC nas Leis Orçamentárias</b>	<b>8</b>
	2.1. Visão Geral	9
	2.2. Visão por Eixos de Investimento	12
	2.2.1. Transporte Eficiente e Sustentável	14
	2.2.1.1. Rodovias	14
	2.2.1.2. Hidrovias	15
	2.2.1.3. Portos	16
	2.2.1.4. Ferrovias	16
	2.2.1.5. Aeroportos	18
	2.2.2. Cidades Sustentáveis e Resilientes	19
	2.2.3. Educação, Ciência e Tecnologia	22
	2.2.4. Saúde	25
	2.2.5. Inovação para a Indústria de Defesa	31
	2.2.6. Água para todos	32
	2.2.7. Infraestrutura Social Inclusiva	34
	2.2.8. Inclusão Digital e Conectividade	36
	2.2.9. Transição e Segurança Energética	37
<b>3.</b>	<b>O Novo PAC no Projeto Rotas de Integração Sul-Americana</b>	<b>39</b>
<b>4.</b>	<b>Considerações Finais</b>	<b>41</b>
<b>5.</b>	<b>Legislação Referenciada</b>	<b>42</b>

# Lista de Siglas

SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
LOA	Lei Orçamentária Anual
PIB	Produto Interno Bruto
RP	Identificador de Resultado Primário
RP 3	Primária Discrecionária, PAC, considerada no cálculo do RP
RP 6	Emendas Individuais
RP 7	Emendas de Bancada Estadual
MCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
FNAC	Fundo Nacional de Aviação Civil
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FNDCT	Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

# Lista de Gráficos

- 12 Gráfico 1 – Comparativo entre a dotação autorizada e os valores empenhado e pago
- 14 Gráfico 2 – Distribuição do Valor Empenhado por Tipo de Intervenção Rodoviária
- 16 Gráfico 3 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa Portos e Transporte Aquaviário em 2024
- 17 Gráfico 4 - Execução Orçamentária e Financeira dos Investimentos no subeixo “Ferrovias” em 2024
- 19 Gráfico 5 - Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Aviação Civil em 2024
- 21 Gráfico 6 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes
- 23 Gráfico 7 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Educação, Ciência e Tecnologia
- 26 Gráfico 8 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Saúde
- 27 Gráfico 9 – Distribuição do valor empenhado entre os Planos Orçamentários - PAC da Ação “8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde”
- 28 Gráfico 10 – Distribuição do valor empenhado entre os Planos Orçamentários - PAC da Ação “8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde”
- 30 Gráfico 11 – Distribuição do valor empenhado por Plano Orçamentário – PAC da Ação “20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde”
- 31 Gráfico 12 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Inovação para Indústria de Defesa
- 33 Gráfico 13 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Água para todos
- 35 Gráfico 14 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Infraestrutura Social e Inclusiva
- 36 Gráfico 15 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Inclusão Digital e Conectividade
- 38 Gráfico 16 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Transição e Segurança Energética
- 40 Gráfico 17 – Execução Orçamentária e Financeira das Rotas de Integração Nacional
- 41 Gráfico 18 - Valores empenhados de programações orçamentárias associadas ao Projeto Rotas de Integração Sul-Americana do Novo PAC

## INTRODUÇÃO

Os investimentos públicos desempenham um papel estratégico no desenvolvimento do país. A manutenção da taxa de investimento público em níveis estáveis e elevados atua para reduzir a vulnerabilidade da economia nacional a crises, bem como para induzir o crescimento econômico, gerando emprego e renda para a população.

Em vista disso, em 2023, o Governo Federal apresentou o Projeto de Lei do Novo Regime Fiscal Sustentável (PLP 93/2023) ao Congresso Nacional em 18 de abril de 2023 e lançou o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

O referido PLP propunha que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) alocasse, a cada ano, um valor mínimo de recursos em investimentos igual ou maior a 0,6% do PIB estimado. Esse “piso de investimentos” seria acrescido de um adicional de recursos sempre que houvesse superávit primário acima do valor superior da banda da meta de resultado primário. Assim, 70% do equivalente a esse superávit seria exclusivamente destinado a investimentos no exercício subsequente, desde que não ultrapassasse 0,25% do total do PIB.

Já o **Novo PAC é um programa de investimentos que tem por objetivo acelerar o crescimento econômico do país, promovendo a inclusão social, a geração de emprego e renda e reduzindo as desigualdades sociais e regionais. O programa, instituído pelo Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, é uma parceria do Governo Federal com setor privado, estados e municípios.** Por isso, apenas uma parte de seus recursos advém dos Orçamentos da União.

Com a aprovação do PLP 93/2023 e o estabelecimento do Novo Regime Fiscal Sustentável pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, o PLOA 2024 foi encaminhado ao Congresso Nacional prevendo a alocação de R\$ 69,7 bilhões em despesas com investimentos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Desse total, R\$ 61,7 bilhões eram destinados a empreendimentos do Novo PAC. Além dos recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o PLOA 2024 previa a alocação de R\$ 91,1 bilhões no Orçamento de Investimento para o Novo PAC. A maior parte dos investimentos previstos no Orçamento de Investimento era realizada pela Petrobras, na implantação e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, com dispêndio de cerca de R\$ 86,4 bilhões.

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, o valor alocado para o Novo PAC no Orçamento de Investimento não sofreu alteração, mas o valor alocado nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi reduzido para R\$ 55,7 bilhões. Ao final do exercício de 2024, a dotação atual<sup>1</sup> das programações orçamentárias do Novo PAC somou R\$ 47,3 bilhões. O valor empenhado e liquidado foi ligeiramente superior, correspondendo a R\$ 47,8 bilhões. Desse total, R\$ 29,8 foram pagos.

***Este relatório detalha os dados de execução orçamentário-financeira das programações orçamentárias associadas ao Novo PAC nos Orçamentos Fiscal e da***

<sup>1</sup> Dotação Atual consiste no valor do orçamento inicial fixado pela Lei Orçamentária, acrescido pelos créditos adicionais, bem como cancelamentos e remanejamento de dotações. Posição “Lei + Créditos” Manual Técnico do Orçamento -MTO 2024 e Manual do SIOP.

## **Seguridade Social de 2024, sendo uma das medidas institucionais previstas no eixo de planejamento e gestão de compras públicas do Programa.**

Sempre que possível, os dados de execução orçamentário-financeira foram complementados pelos dados de execução física relativas às programações orçamentárias integrantes do Novo PAC registrados no

processo de Acompanhamento Orçamentário da LOA 2024.

Além do relatório, a execução orçamentário-financeira das programações orçamentárias associadas ao Novo PAC nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2024 podem ser acompanhadas, sem necessidade de senha ou cadastro, pelo Painel do Orçamento Federal<sup>2</sup>.

## **O Novo PAC nas Leis Orçamentárias**

*O Novo PAC é uma das prioridades estabelecidas pelo PPA 2024-2027, Lei nº 14.802/2024<sup>3</sup>.*

O artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024 (Lei nº 14.791/2023<sup>4</sup>) mantém as prioridades estabelecidas pelo PPA 2024-2027 e acrescenta outras ao rol de metas e prioridades para a Administração Pública Federal para o exercício de 2024.

Esse conjunto de metas e prioridades deve ser considerado durante a elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 (Lei nº 14.822/2024<sup>5</sup>) e de seus créditos adicionais.

A fim de dar transparência ao Novo PAC na LOA 2024, a LDO 2024 estabelece que as programações orçamentárias que financiam os empreendimentos do Novo PAC serão identificadas pelo resultado primário - RP 3 nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e pelo RP 5 no Orçamento de Investimento, conforme o art. 7º, alínea "c" do inciso II do § 4º e alínea "b" do inciso III do § 4º. A classificação orçamentária segundo identificador de resultado primário (RP)<sup>6</sup> tem a finalidade de auxiliar a apuração do resultado primário previsto na LDO, apontando se uma despesa é de natureza primária ou financeira, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento.

<sup>2</sup> Disponível em: <[Painel do Orçamento Federal](#)>.

<sup>3</sup> Disponível em: <[L14802](#)>.

<sup>4</sup> Disponível em: <[L14791](#)>.

<sup>5</sup> Disponível em: <[L14822](#)>.

<sup>6</sup> Conforme o art. 7º, § 4º, da LDO 2024, classifica-se; I - financeira (RP 0); II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo: a) obrigatória, cujo rol deve constar da [Seção I do Anexo III](#) (RP 1); b) discricionária não abrangida pelo disposto nas alíneas "c" e "d" (RP 2); c) discricionária e abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC (RP 3); ou d) discricionária decorrente de dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas: 1. individuais, de execução obrigatória nos termos do disposto nos [§ 9º](#) e [§ 11 do art. 166 da Constituição](#) (RP 6); 2. de bancada estadual, de execução obrigatória nos termos do disposto no [§ 12 do art. 166 da Constituição](#) (RP 7); 3. de comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso Nacional (RP 8); e) I - primária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo: a) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 4); ou b) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 5).

Como, no entanto, também despesas identificadas com outros RP na LOA 2024 podem financiar empreendimentos do Novo PAC, as ações orçamentárias que financiam os empreendimentos são identificadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF/MPO) a partir das informações repassadas pela Secretaria Especial do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC/CC-PR). Assim, a SOF desenvolveu marcações gerenciais que permitem identificar as programações orçamentárias que financiam os empreendimentos do Novo PAC na LOA 2024,

disponibilizá-las para consulta por meio do subpainel “Novo PAC” no Painel do Orçamento Federal do SIOP e detalhar a sua execução por meio do presente relatório.

Tanto a primeira versão do subpainel “Novo PAC” quanto este relatório não apresentam as programações orçamentárias incluídas ou acrescidas por emendas à LOA 2024 e identificadas pelos RP 6 (Emendas Individuais), 7 (Emendas de Bancadas Estaduais) e 8 (Emendas de Comissão Permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional).

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO NOVO PAC EM 2024

### 2.1. Visão Geral

Foram associadas 371 programações orçamentárias ao Novo PAC nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2024. Esse rol de programações somou o valor de R\$

47,8 bilhões empenhados, distribuídos entre 17 Órgãos Orçamentários. A tabela 1 mostra a participação de cada órgão, bem como os percentuais de execução orçamentária e financeira das programações orçamentárias associadas ao Novo PAC.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária e Financeira do Novo PAC por Órgão Orçamentário**

Valor (R\$ bilhões)

Órgão Orçamentário	Lei + Créditos (Dotação Atual)	Empenhado	" Pago Exercício "	Empenhado/ Dotação Atual (%)	Empenhado/ Empenhado Total (%)	Pago/ Empenhado (%)
56000 - Ministério das Cidades	13,08	13,08	10,10	100,0%	27,3%	77,2%
39000 - Ministério dos Transportes	12,22	12,22	9,24	100,0%	25,5%	75,6%
36000 - Ministério da Saúde	6,23	6,23	0,84	100,0%	13,0%	13,5%

52000 - Ministério da Defesa	5,50	6,17	5,01	112,2%	12,9%	81,3%
26000 - Ministério da Educação	3,68	3,68	0,79	100,0%	7,7%	21,5%
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2,94	2,94	2,10	100,0%	6,2%	71,2%
53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1,64	1,64	0,99	100,0%	3,4%	60,7%
68000 - Ministério de Portos e Aeroportos	0,83	0,74	0,36	89,2%	1,5%	48,9%
55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	0,53	0,53	0,21	100,0%	1,1%	40,0%
42000 - Ministério da Cultura	0,21	0,21	0,04	100,0%	0,4%	20,1%
22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária	0,14	0,14	0,07	100,0%	0,3%	49,6%
51000 - Ministério do Esporte	0,11	0,11	0,00	100,0%	0,2%	1,3%
32000 - Ministério de Minas e Energia	0,07	0,07	0,05	99,9%	0,1%	76,1%
20000 - Presidência da República	0,03	0,03	0,02	100,0%	0,1%	49,5%
41000 - Ministério das Comunicações	0,03	0,03	0,01	99,4%	0,1%	33,6%
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	0,03	0,03	0,00	100,0%	0,1%	0,8%
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	0,01	0,01	0,00	100,0%	0,0%	6,4%
<b>Total</b>	<b>47,27</b>	<b>47,84</b>	<b>29,84</b>	<b>101,2%</b>	<b>100,0%</b>	<b>62,4%</b>

Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

**O Ministério das Cidades teve a maior participação, com 27,3% dos recursos totais empenhados, seguido pelo Ministério dos Transportes, com 25,5%, e Ministério da Saúde, com 13,0%. Ganham relevância, ainda, com 12,9%, 7,7% e 6,2%, respectivamente, os Ministérios da Defesa, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação.**

O destaque do Ministério das Cidades deve-se ao Programa Minha Casa, Minha

Vida, que representava 80% dos recursos empenhados pelo Órgão no Novo PAC em 2024. Quanto ao Ministério dos Transportes, a ação "163Q - Recuperação e Restauração de Rodovias Federais" respondeu por 76% recursos empenhados pelo Órgão no âmbito do Novo PAC.

Conforme evidenciado na Tabela 2, sete programações orçamentárias concentravam 58% do total empenhado pelo Programa.

**Tabela 2 - Programações associadas ao Novo PAC com maiores valores empenhados em 2024**

Valor (R\$ bilhões)

Ação Orçamentária	Órgão Orçamentário	Eixo de Intervenção	Empenhado
163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais	39000 - Ministério dos Transportes	Transporte Eficiente e Sustentável	9.298.432.481
00AF - Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	56000 - Ministério das Cidades	Cidades Sustentáveis e Resilientes	8.466.689.667
8235 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	Saúde	3.686.482.702
2095 - Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Educação, Ciência e Tecnologia	1.929.604.416
14TO - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	52000 - Ministério da Defesa	Inovação para a Indústria da Defesa	1.680.383.228
20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	26000 - Ministério da Educação	Educação, Ciência e Tecnologia	1.394.934.131
8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	Saúde	1.310.118.070

Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

O Gráfico 1 mostra que a execução orçamentária do Novo PAC nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em 2024 foi de 101,2% da dotação atual. Isso acontece porque as

despesas realizadas pelo Ministério da Defesa nas programações orçamentárias integrantes do Novo PAC foram executadas em moeda estrangeira e sofreram variação cambial.

## Gráfico 1 – Comparativo entre a dotação autorizada e os valores empenhado e pago



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Quanto à execução financeira, foram pagos 62,4% dos recursos empenhados. O índice de execução financeira de Inversões Financeiras – relação entre o valor pago e o empenhado referente às despesas com inversões financeiras associadas ao Novo PAC – foi de 92,1%, de acordo com os dados extraídos do SIOP. Nesse caso, os recursos são desembolsados ao agente financeiro e, à medida que os empreendimentos habitacionais vão sendo realizados, são efetuados os pagamentos.

## 2.2. Visão por Eixos de Investimento

Os empreendimentos do Novo PAC estão organizados em nove eixos de investimentos:

1. Transporte eficiente e sustentável;

2. Cidades sustentáveis e resilientes;
3. Educação, ciência e tecnologia;
4. Saúde;
5. Inovação para a indústria da defesa;
6. Água para todos;
7. Infraestrutura social inclusiva;
8. Inclusão digital e conectividade; e
9. Transição e segurança energética.

A Figura 1 apresenta, por eixo de investimento, os valores empenhados e pagos e a correspondente participação no montante total de empenhado e pago do Novo PAC.

**Figura 1 – Valores empenhado e pago por eixo de investimento**

Valor (R\$ bilhões)

 <b>Transporte Eficiente e Sustentável</b>	<b>Empenhado</b>	12,96	27%
	<b>Pago Exercício</b>	9,60	32%
 <b>Cidades Sustentáveis e Resilientes</b>	<b>Empenhado</b>	12,75	27%
	<b>Pago Exercício</b>	10,07	34%
 <b>Educação, Ciência e Tecnologia</b>	<b>Empenhado</b>	6,61	14%
	<b>Pago Exercício</b>	2,81	9%
 <b>Saúde</b>	<b>Empenhado</b>	6,23	13%
	<b>Pago Exercício</b>	0,84	3%
 <b>Inovação para a Indústria da Defesa</b>	<b>Empenhado</b>	6,17	13%
	<b>Pago Exercício</b>	5,01	17%
 <b>Água para Todos</b>	<b>Empenhado</b>	2,49	5%
	<b>Pago Exercício</b>	1,24	4%
 <b>Infraestrutura Social Inclusiva</b>	<b>Empenhado</b>	0,35	1%
	<b>Pago Exercício</b>	0,15	0%
 <b>Inclusão Digital e Conectividade</b>	<b>Empenhado</b>	0,17	0%
	<b>Pago Exercício</b>	0,15	1%
 <b>Transição e Segurança Energética</b>	<b>Empenhado</b>	0,07	0%
	<b>Pago Exercício</b>	0,05	0%
<b>— Não segmentada por Eixo</b>	<b>Empenhado</b>	0,03	0%
	<b>Pago Exercício</b>	0,02	0%

Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Os eixos “Transporte Eficiente e Sustentável” e “Cidades Sustentáveis e Resilientes” responderam por 27%, cada um, dos recursos empenhados do Programa e por 32% e 34%, respectivamente, dos valores pagos.

A execução orçamentário-financeira de cada eixo na LOA 2024 é comentada a seguir. O Apêndice 1 deste relatório apresenta as programações orçamentárias associadas ao Novo PAC na LOA 2024, categorizada segundo os eixos de investimento.

### 2.2.1. Transporte Eficiente e Sustentável

Integraram o eixo “Transporte Eficiente e Sustentável” programações orçamentárias de dois órgãos orçamentários: 39000 - Ministério dos Transportes e 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos, as quais somaram R\$ 13

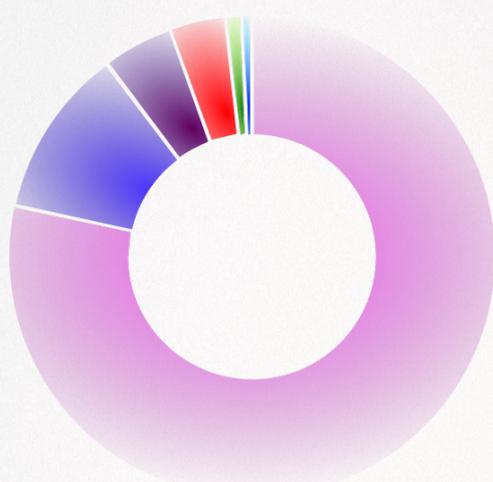
bilhões em valor empenhado em 2024. Deste valor, 74% foram pagos.

Do total empenhado, 11,9 bilhões estavam no subeixo “Rodovias”, R\$ 293,3 milhões no subeixo “Hidrovias”, R\$ 338,2 milhões no subeixo “Portos”, R\$ 359,2 milhões no subeixo “Ferrovias” e R\$ 107,4 milhões no subeixo “Aeroportos”.

#### 2.2.1.1. Rodovias

O gráfico 2 mostra a distribuição por tipo de intervenção dos R\$ 11,9 bilhões empenhados no subeixo “Rodovias” entre 32 ações orçamentárias voltadas à construção de rodovias, 28 à adequação de rodovias, 9 à construção de pontes, 2 ações para operações rodoviárias<sup>7</sup>, 1 ação direcionada à manutenção e conservação das rodovias, além de 2 ações que financiam estudos e apoio ao planejamento e gerenciamento da implementação de empreendimentos.

## Gráfico 2 – Distribuição do Valor Empenhado por Tipo de Intervenção Rodoviária



- Manutenção de rodovias  
R\$ 9,39 bilhões (78%)
- Construção de rodovias  
R\$ 0,56 milhões (5%)
- Adequação de rodovias  
R\$ 1,35 bilhão (12%)
- Operações Rodoviárias  
R\$ 0,08 bilhão (1%)
- Construção de Pontes  
R\$ 0,13 milhão (1%)
- Estudos R\$ 0,44 bilhão (4%)

Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

<sup>7</sup> Operações Rodoviárias no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes visam garantir a segurança, eficiência e bom funcionamento do sistema rodoviário federal, abrangendo desde atividades como fiscalização de peso e velocidade, aplicação de multas por infrações, coleta de dados sobre o transporte de cargas perigosas até a gestão de projetos de infraestrutura. Em 2024, foram consignados recursos nas ações 108X - Implantação de Postos de Pesagem e 2325 - Operação de Pesagem e Autorizações Especiais de Trânsito de Veículos.

O grande destaque do eixo foram os investimentos na recuperação e conservação da malha rodoviária federal, com a realização de obras por todo o país. Foram empenhados R\$ 9,3 bilhões na ação 163Q - Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais, sendo que aproximadamente 64 mil km receberam melhorias, segundo dados do processo de Acompanhamento Orçamentário da LOA 2024.

Dentre as demais 70 obras rodoviárias executadas, outro resultado informado no Acompanhamento Orçamentário foi a conclusão de 72 quilômetros de adequação da BR-116/BA, com o valor empenhado de R\$ 185,5 milhões no âmbito da ação 13X7 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA. Foi também concluída a ponte sobre o Rio Araguaia na BR-153/TO, com valor empenhado em 2024 de R\$ 17,9 milhões no âmbito da ação 7L92 - Construção de Pontes sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO.

Destacaram-se ainda as ações 7XI6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS, com R\$ 215,9 milhões e adequação de 12 km e 7L04 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS, com R\$ 122,6 milhões e execução física de 11 km de trecho adequado.

### 2.2.1.2. Hidrovias

No subeixo “Hidrovias”, destacam-se as intervenções para manter as condições de

operação e nível de serviço de ativos de infraestrutura da União. Foram empenhados na ação 219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, R\$ 182,2 milhões, com vistas a atender despesas com 7 empreendimentos, a exemplo da dragagem e supervisão nos trechos Madeira, Codajás e Coari - Rio Solimões, e Manaus a Itacoatiara - Rio Amazonas; Recuperação Naval Emergencial na IP4 Humaitá/AM e Planos de Monitoramento Hidroviários - PMH dos rios Tapajós e Madeira (1 lote), conforme registros do Acompanhamento Orçamentário. Com recursos de restos a pagar, ainda segundo o Acompanhamento Orçamentário, foram executados 11 empreendimentos, incluindo dragagens do Madeira de pontos críticos e de travessia, dragagem emergencial de Codajás e Coari - Rio Solimões, recuperação dos IP4 de Itacoatiara, Canutama/AM e Humaitá/AM e Plano de Monitoramento Hidroviário dos rios Tapajós e Madeira (3 lotes).

Tendo em vista ainda garantir às populações de municípios ribeirinhos acesso seguro e eficiente às hidrovias, com operações seguras de embarque e desembarque de cargas e passageiros na navegação fluvial interior, foram financiados empreendimentos de construção e recuperação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), pela ação orçamentária 127G - Construção de Terminais Fluviais, os quais perfizeram R\$ 12,4 milhões em valor empenhado.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)<sup>8</sup>, foram

<sup>8</sup> Relatório de Gestão de 2024. Disponível em [https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/auditoria/relatorio-de-gestao/RelatriodeGesto2024\\_v8.pdf](https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/auditoria/relatorio-de-gestao/RelatriodeGesto2024_v8.pdf). - O Decreto nº 12.053/2024 autorizou a descentralização de créditos entre o Ministério dos Portos e o DNIT sem formalização de TED para ações vinculadas ao Programa Portos e Transporte Aquaviário.

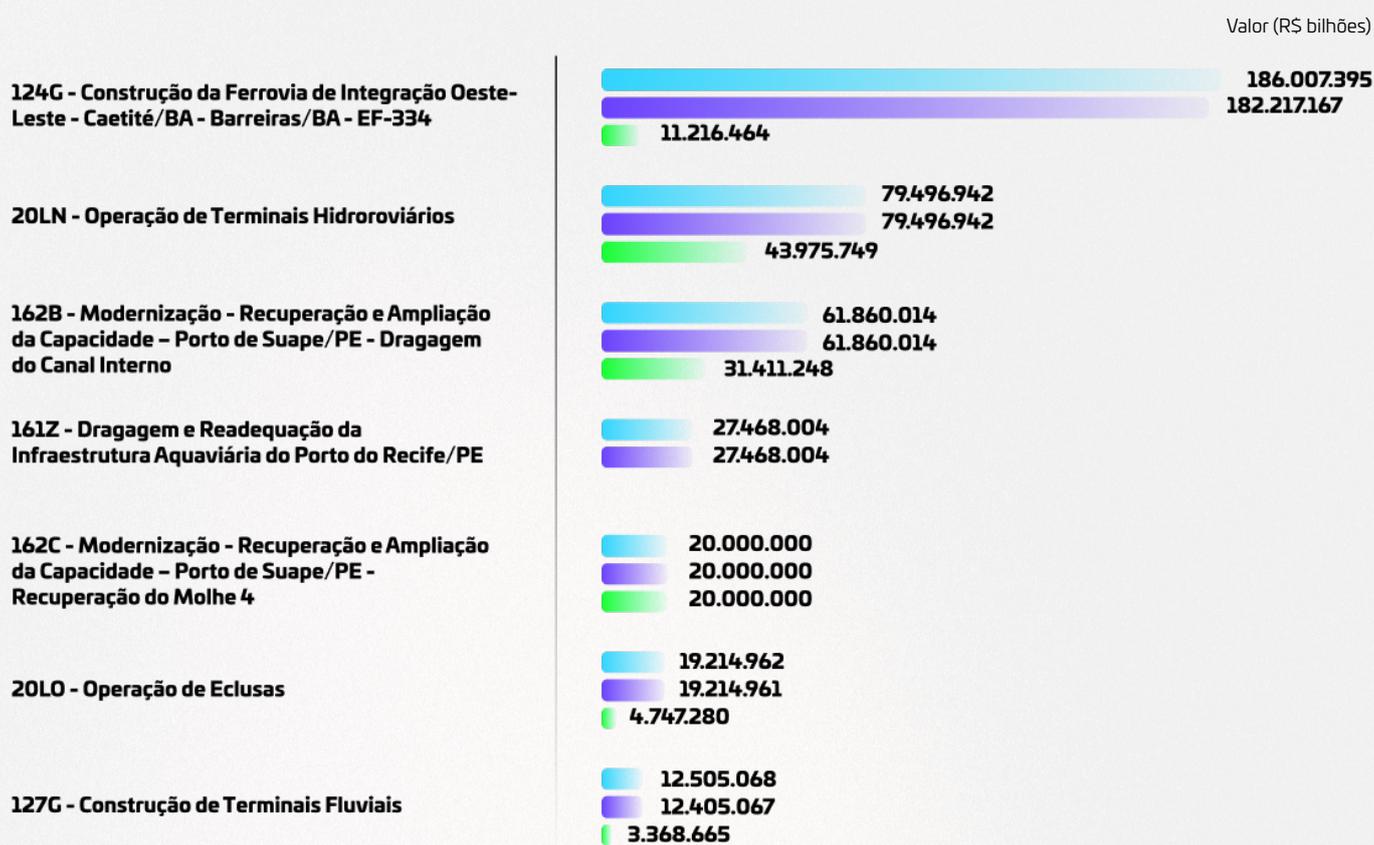
concluídas as obras de construção IP4 de Envira e Barcelos, no Estado do Amazonas, e as Instalações Portuárias de Juruti e Oriximiná, no Pará. Está em andamento a obra de construção da IP4 no Município de Santana/AP. As IP4 de Jutai/AM, Lábrea/AM, Manaus Moderna/AM e São Paulo de Olivença/AM estão em fase de elaboração de estudos e projetos executivos.

### 2.2.1.3. Portos

Em 2024, os Portos de Recife e Suape, em Pernambuco, receberam R\$ 109,3 milhões de

empenho por meio das ações orçamentárias 161Z - Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE, 162B - Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Dragagem do Canal Interno e 162C - Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Recuperação do Molhe 4. O gráfico 3 apresenta a execução dessas e das demais ações vinculadas ao programa 3105 - Portos e Transporte Aquaviário na LOA 2024.

## Gráfico 3 - Execução Orçamentária e Financeira do Programa Portos e Transporte Aquaviário em 2024

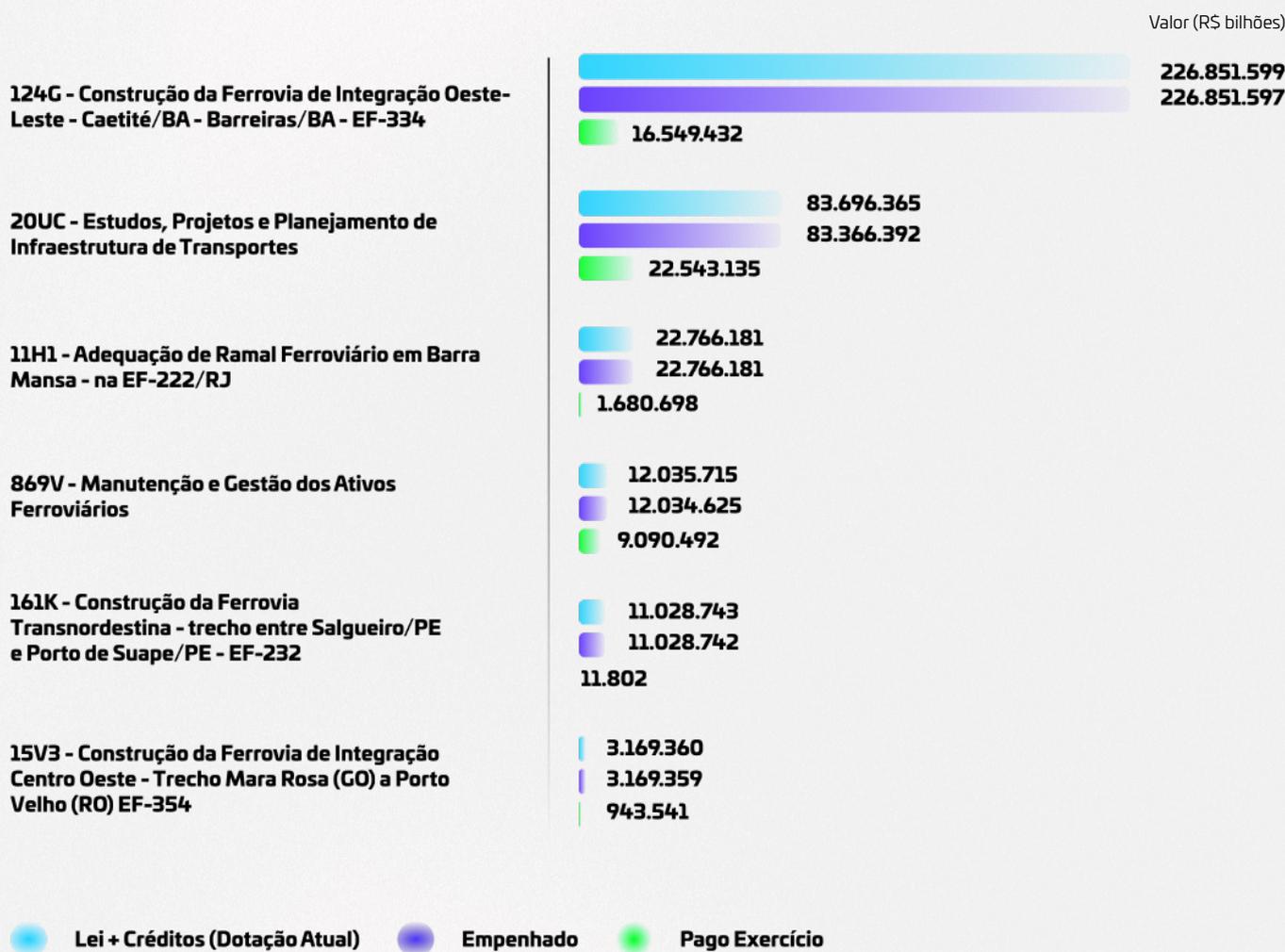


Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

### 2.2.1.4. Ferrovias

O gráfico 4 mostra a execução orçamentário-financeira nas ações orçamentárias relacionadas ao subeixo “Ferrovias”.

## Gráfico 4 - Execução Orçamentária e Financeira dos Investimentos no subeixo “Ferrovias” em 2024



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Segundo o Ministério dos Transportes<sup>9</sup>, já estão concluídos 68,3% do empreendimento da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) Trecho 2 - Caetité/BA - Barreiras/BA, com 243 km de trilhos lançados. Foram empenhados recursos, no valor de R\$ 226,8 milhões, consignados na ação 124G - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334 para despesas com obras, supervisão e outras ações, assim como para

realização de acordos com povos tradicionais e projetos relacionados a meio ambiente vinculados a atividades de desapropriação, conforme informado no processo de Acompanhamento Orçamentário.

O Novo PAC retomou ainda as obras de adequação das travessias urbanas de Barra Mansa/RJ e Juiz de Fora/MG, de forma a contribuir para a segurança da população e igualmente do tráfego ferroviário local. Em

<sup>9</sup> Relatório de Gestão de 2024. Disponível em [https://www.gov.br/transportes/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/040225RG2024ff\\_vfinal.pdf](https://www.gov.br/transportes/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/040225RG2024ff_vfinal.pdf)

2024, foram empenhados R\$ 22,8 milhões na adequação no perímetro urbano de Barra Mansa e construção do Pátio Ferroviário EF - 105/RJ por meio da ação orçamentária 11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ, de acordo com o Dnit<sup>10</sup>. Ademais, foram finalizadas as obras do Viaduto Roza Cabinda em Juiz de Fora/MG, sendo pagos R\$ 6,7 milhões de valor empenhado na ação orçamentária 14TL - Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG, inscritos em restos a pagar. Em 2024, registrou-se avanço de 50% na 3ª etapa do empreendimento e no total físico executado de 89%<sup>11</sup>.

Para além das ações mencionadas, a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A empenhou R\$ 83,44 milhões na elaboração de estudos e instrumentos para desenvolvimento de política, planos e programa para o transporte ferroviário no âmbito da ação “20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes”.

### 2.2.1.5. Aeroportos

No subeixo “Aeroportos” os investimentos realizados, por meio da ação orçamentária 14UB - Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, em reforma e reparcelamento de aeroportos e

aeródromos de Interesse Regional somaram o valor de empenho de R\$ 51,9 milhões, atendendo os municípios de Jataí - GO, Bom Jesus - PI, Ji-Paraná - RO, de Patos - PB, de Serra Talhada - PE, de Guarujá - SP, de Santa Maria - RS e de Cáceres - MT.

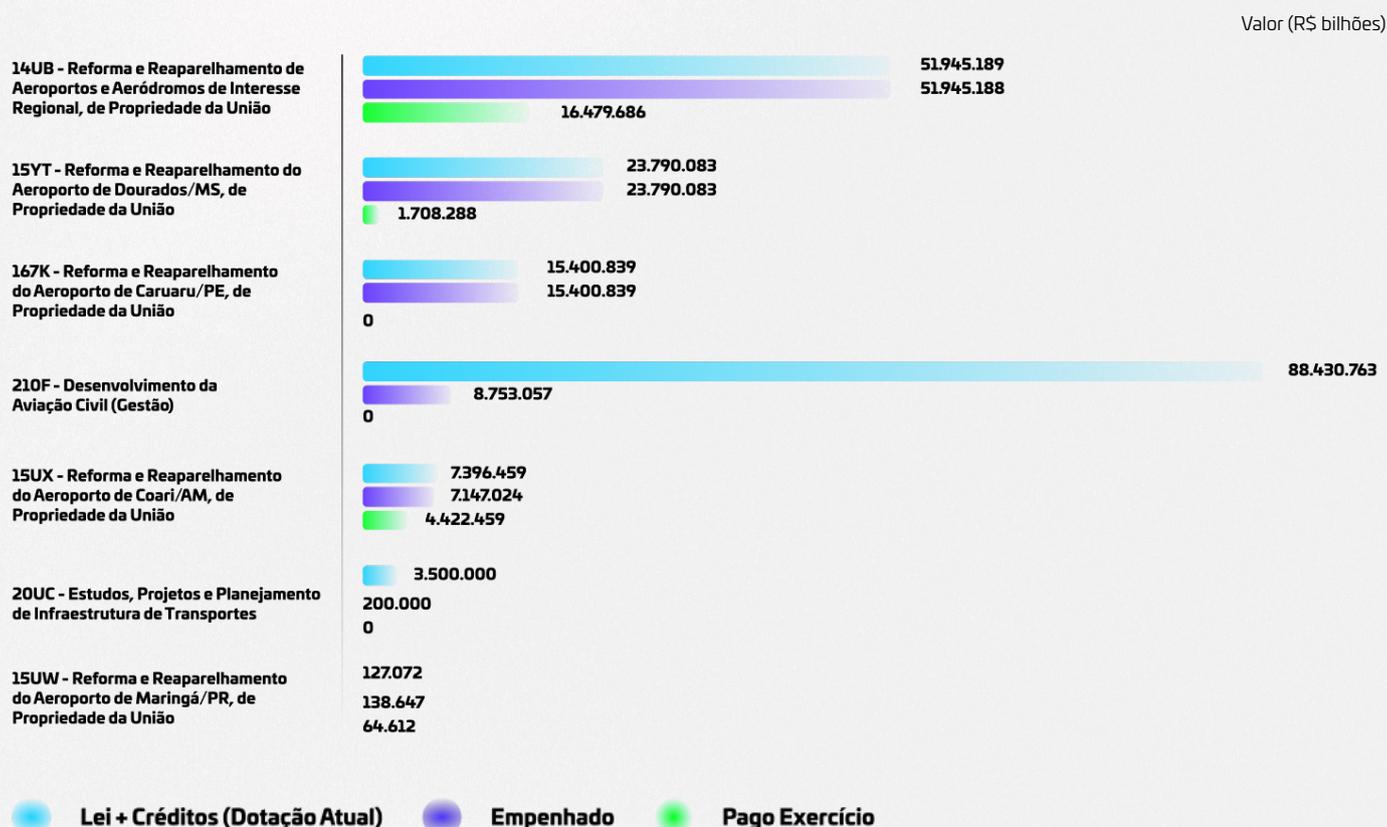
A expansão da conectividade aérea em todo o território nacional também mira os aeroportos regionais e aeródromos que atendem à Amazônia Legal e outras regiões desassistidas do modal aéreo ou distantes de aeroportos de maior capacidade. Os investimentos realizados no âmbito do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)<sup>12</sup>, por meio das ações orçamentárias 14UB - Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, 15UX - Reforma e reparcelamento do Aeroporto de Coari/AM, 15UW - Reforma e reparcelamento do Aeroporto de Maringá/PR, 15YT - Reforma e Reparcelamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União e 167K - Reforma e Reparcelamento do Aeroporto de Caruaru/PE, de Propriedade da União perfizeram R\$ 98,4 milhões empenhados em 2024. O gráfico 5 mostra a execução orçamentário-financeira dessas e outras duas ações orçamentárias - 210F - Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão) e 20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - financiadas pelo FNAC.

<sup>10</sup> Relatório de Gestão de 2024. Disponível em [https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/auditoria/relatorio-de-gestao/RelatriodeGesto2024\\_v8.pdf](https://www.gov.br/dnit/pt-br/aceso-a-informacao/auditoria/relatorio-de-gestao/RelatriodeGesto2024_v8.pdf).

<sup>11</sup> Idem

<sup>12</sup> O Fnac foi criado em 2011 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do sistema nacional de aviação civil. Os recursos do fundo não se limitam apenas ao financiamento de empréstimos, mas também no apoio às políticas públicas voltadas ao setor aéreo. Atualmente, a principal fonte de recursos do Fnac são as outorgas pagas pelas concessionárias de aeroportos.

## Gráfico 5 - Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Aviação Civil em 2024



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

### 2.2.2. Cidades Sustentáveis e Resilientes

Integraram o eixo “Cidades Sustentáveis e Resilientes” programações orçamentárias de dois órgãos orçamentários: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e 56000 - Ministério das Cidades, as quais somaram R\$ 12,7 bilhões em valor empenhado em 2024 e 78,9% deste valor foi pago.

O destaque neste eixo é o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), cujas ações orçamentárias foram responsáveis por 81,6% do valor total empenhado. A tabela 3 relaciona tais ações orçamentárias, detalhando a execução orçamentário-financeira em 2024.

**Tabela 3 - Execução Orçamentária e Financeira do Minha Casa, Minha Vida em 2024**

Valor (R\$ bilhões)

Ação	PLOA	LOA	Lei + Créditos (Dotação Atual)	Empenhado	Pago Exercício
OOAF - Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	10.842.000.000	9.422.314.552	8.466.689.667	8.466.689.667	7.798.896.396
OOCW - Subvenção econômica destinada à ampliação do acesso ao financiamento habitacional	5.000.000	4.777.505	3.777.505	3.777.505	-
OOCX - Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais	700.000.000	668.850.588	528.850.588	528.850.588	528.850.588
OOCY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	1.469.203.645	1.399.891.725	1.199.699.497	1.199.699.497	1.199.699.497
OOTI - Apoio à produção habitacional de interesse social	700.005.000	627.678.523	211.681.160	211.681.160	-
OOVM - Subvenção econômica destinada à habitação de interesse social em cidades com menos de 80.000 Habitantes - Oferta Pública (Lei nº 14.620, de 2023)	1.000.000	1.000.000	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>13.717.208.645</b>	<b>12.124.512.893</b>	<b>10.410.698.417</b>	<b>10.410.698.417</b>	<b>9.527.446.481</b>

Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

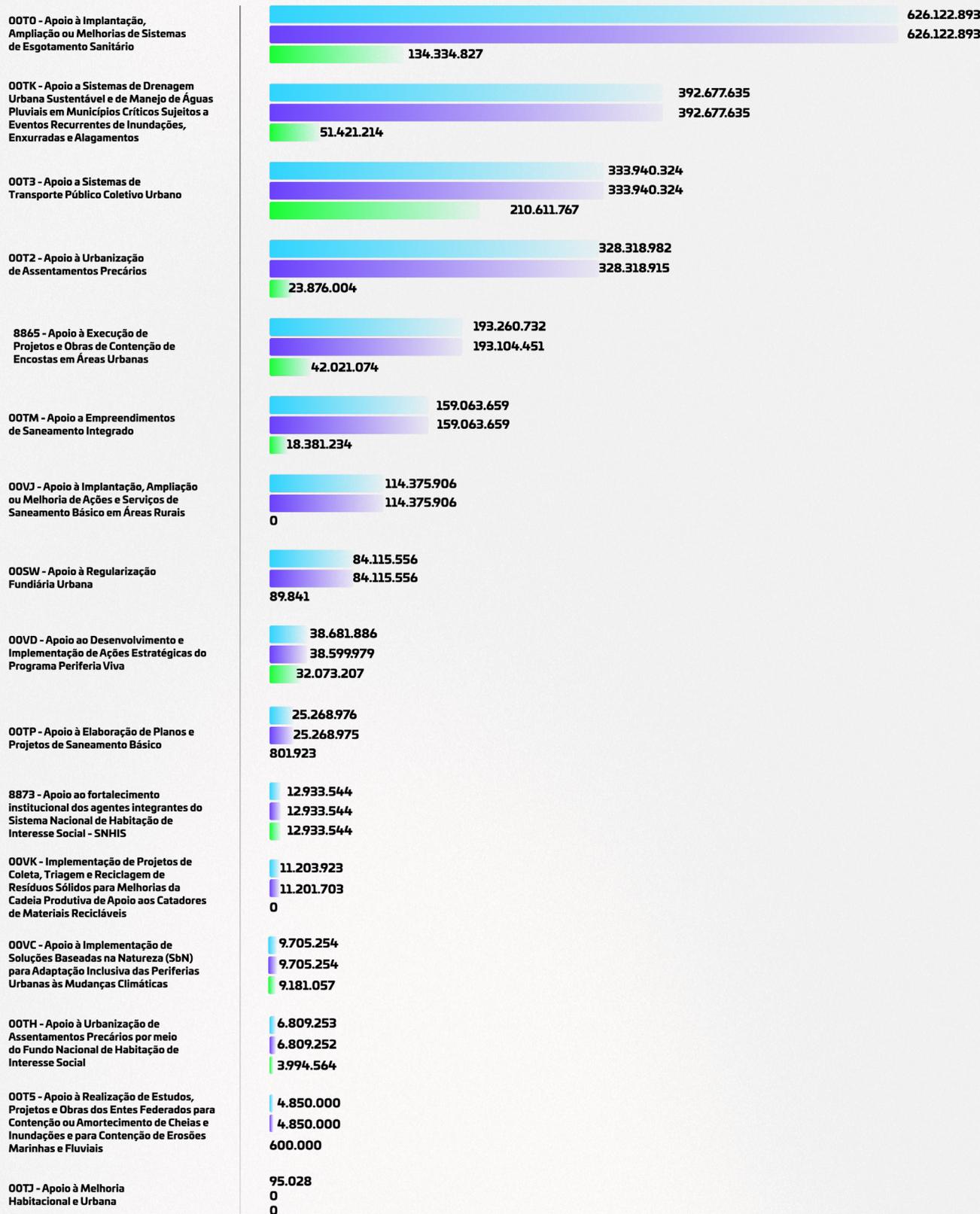
Como pode ser observado, o maior valor de empenho diz respeito ao MCMV-FAR (ação orçamentária OOAF - Integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR), que representou 81,3% dos recursos aplicados no Programa. Outras participações importantes são o MCMV Entidades (ação orçamentária OOCY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS) e o MCMV-

Rural (OOCX - Subvenção econômica destinada a Implementação de projetos de Interesse social em áreas rurais), que representaram 11,5% e 5,0% do valor empenhado em 2024.

Já o gráfico 6 apresenta a execução orçamentário-financeira das demais ações orçamentárias (à exceção das que financiam o Minha Casa, Minha Vida) que integram o eixo.

## Gráfico 6 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes

Valor (RS bilhões)



● Lei + Créditos (Dotação Atual)
 ● Empenhado
 ● Pago Exercício

Fonte SIOP. Elaboração SOF/MPO

Destacam-se os valores empenhados às ações orçamentárias OOTO - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário, OOTK - Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos, OOT3 - Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano e OOT2 - Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, que perfizeram 16,1% do valor empenhado no eixo em 2024. Esses investimentos são fundamentais para reduzir desigualdades, melhorar as condições de saúde da população e promover o desenvolvimento regional,

além de aumentar a resiliência das cidades brasileiras às mudanças climáticas.

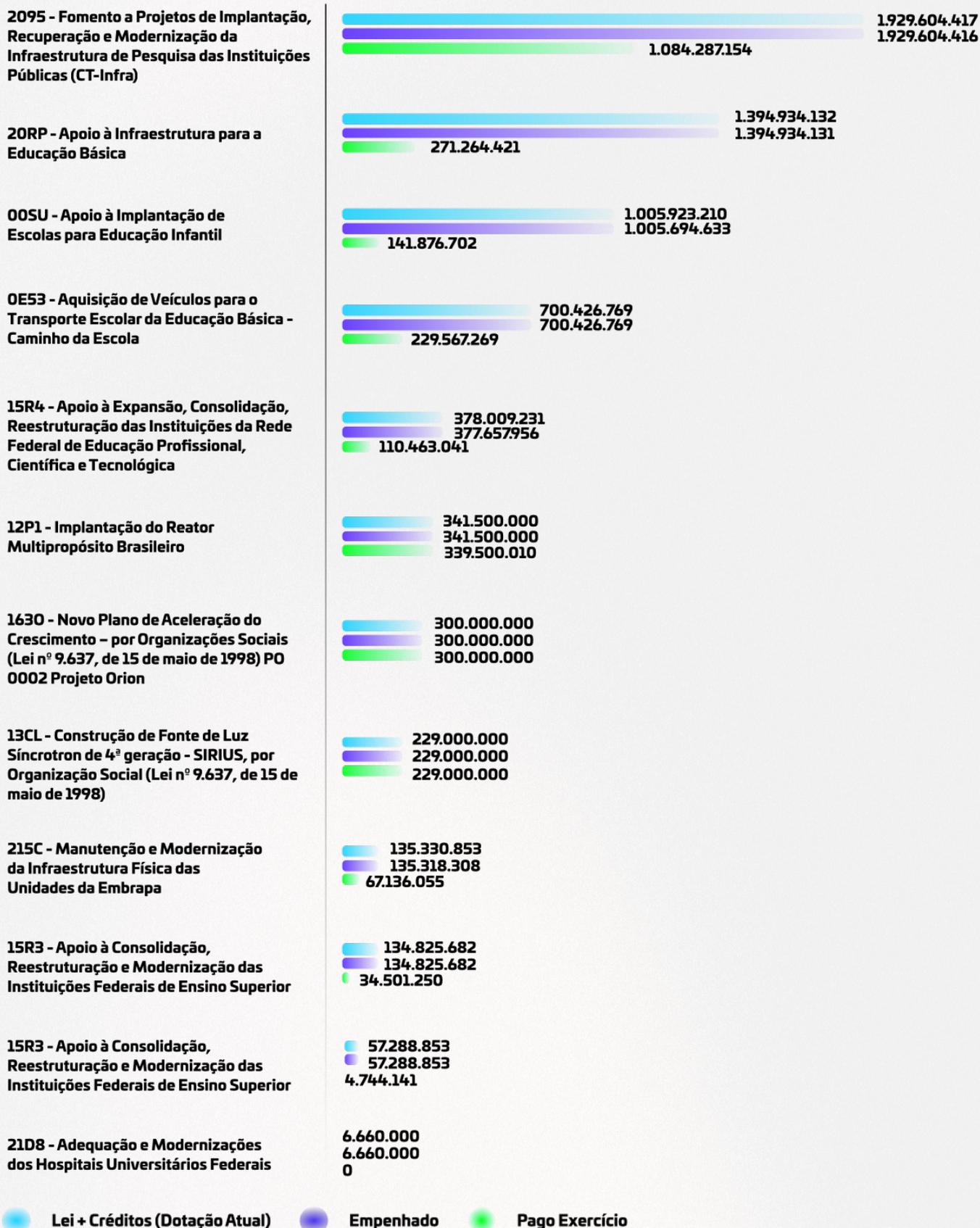
### *2.2.3. Educação, Ciência e Tecnologia*

Integraram o eixo “Educação, Ciência e Tecnologia” programações orçamentárias de três órgãos orçamentários: 22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária, 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e 26000 - Ministério da Educação, as quais somaram R\$ 6,6 bilhões em valor empenhado em 2024, sendo que 42,5% deste valor foi pago.

O gráfico 7 apresenta as programações orçamentárias que financiaram os investimentos do eixo na LOA 2024.

## Gráfico 7 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Educação, Ciência e Tecnologia

Valor (R\$ bilhões)



Fonte: SIOP Elaboração SOF/MPO

Como pode ser verificado, o maior valor empenhado coube à ação 2095 - Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra), que financia programas integrados de expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, básica e aplicada com recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNDCT). Segundo as informações constantes no processo do Acompanhamento Orçamentário, foram apoiados 111 projetos em 2024.

Além dela, foram investidos R\$ 870,5 milhões em programações estratégicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação por meio das ações orçamentárias 13CL - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), 12P1 - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro e 1630 - Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998). Esta última ação financia o apoio a projetos e iniciativas de implantação, expansão, modernização e recuperação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica por meio de Organizações Sociais. Neste eixo, é financiado no Plano Orçamentário 0002 Implantação do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica – LNMCB, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) da ação 1630 O desenvolvimento, instalação de aplicações e infraestrutura do LNMCB, que tem como um dos principais propósitos o atendimento às emergências de saúde pública humana ou animal, implicando avanço científico e maior nível de biossegurança e biocontenção dentro das fronteiras do país.

Para o projeto RMB, as informações advindas do Acompanhamento Orçamentário dão conta

que foi concluído o planejamento estratégico para a implantação e iniciadas as obras de infraestrutura, com a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e drenagem em áreas delimitadas para arruamento principal do terreno. Foram também executados programas ambientais para a etapa inicial de construção do empreendimento e tratativas para elaboração do projeto detalhado de engenharia do laboratório de processamento de radioisótopos do RMB.

Com o segundo, terceiro e quarto maiores valores empenhados no eixo aparecem as ações orçamentárias 20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica, com R\$ 1,4 bilhão, 00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil, com R\$ 1,0 bilhão, e OE53 - Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola, com R\$ 0,7 milhão, que custearam, respectivamente, 1218 e 1550 projetos, além da aquisição de 487 veículos, de acordo com as informações constantes do Acompanhamento Orçamentário da LOA 2024.

Com relação à ação orçamentária 15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as informações advindas do Acompanhamento Orçamentário mostram que os R\$ 377,7 empenhados no exercício de 2024 financiaram 258 projetos, os quais contemplaram 124 refeitórios/restaurantes; 24 Bibliotecas; 2 aquisições de imóveis; 13 obras relacionadas a blocos acadêmicos; implantação de 10 novas sedes e *campi* ou reitoria; retomada de 4 obras paralisadas e 41 outras obras de infraestruturas diversas.

No que diz respeito à expansão, foram iniciadas obras para implantação de 21 novos *campi*, que

atenderão a regiões que ainda não possuem unidades ou que registram número baixo de matrículas em cursos técnicos de nível médio em relação à população local. São eles: Campus São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas; Campus Rurópolis no Estado do Pará; Campus Cidade Ocidental, Campus Cavalcante, Campus Porangatu, Campus Quirinópolis, todos no Estado de Goiás; Campus Baturité no Estado do Ceará; Campus Estância no Estado de Sergipe; Campus Jequié no Estado da Bahia; Sertânia no Estado de Pernambuco; Campus Ipatinga no Estado de Minas Gerais; Campus São José do Rio Preto no Estado de São Paulo; Caxias do Sul no Estado do Rio Grande do Sul; Campus Sobradinho e Campus Sol Nascente no Distrito Federal; Campus Água Boa, Campus Canarana e Campus Colniza no Estado do Mato Grosso; e Campus Amambaí e Campus Paranaíba no Estado do Mato Grosso do Sul.

Já os R\$ 134,8 milhões empenhados no âmbito da ação orçamentária 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior financiaram 17 projetos voltados à ampliação e fortalecimento da infraestrutura acadêmica, de acordo com Acompanhamento Orçamentário.

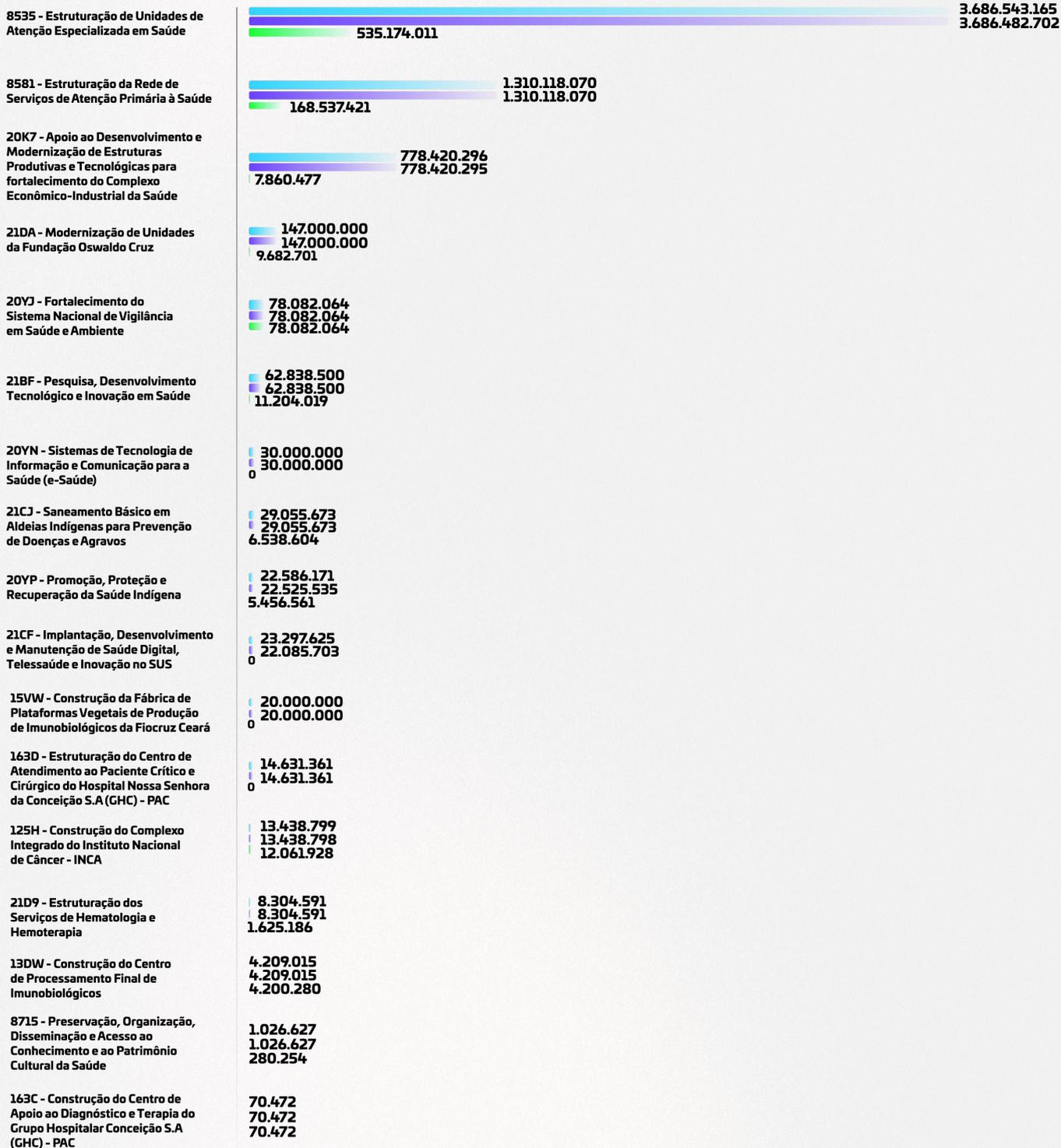
#### 2.2.4. Saúde

Integraram o eixo "Saúde" programações orçamentárias de apenas um órgão orçamentário: 36000 - Ministério da Saúde, as quais somaram R\$ 6,2 bilhões em valor empenhado em 2024. Deste valor, 13,5% foram pagos.

O gráfico 8 apresenta as programações orçamentárias que financiaram os investimentos do eixo na LOA 2024.

## Gráfico 8 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Saúde

Valor (R\$ bilhões)



● Lei + Créditos (Dotação Atual)
 ● Empenhado
 ● Pago Exercício

Fonte: SIOP Elaboração SOF/MPO

A seguir, a execução orçamentário-financeira das três ações orçamentárias com maior valor de empenho no eixo (8535, 8581 e 20K7) são detalhadas.

## Gráfico 9 – Distribuição do valor empenhado entre os Planos Orçamentários<sup>13</sup> - PAC da Ação “8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde”



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Conforme as informações constantes do Acompanhamento Orçamentário, destaca-se, entre os investimentos do Novo PAC na ampliação da rede e o acesso às ações e serviços de atenção especializada à saúde, o valor empenhado de R\$ 1,1 bilhão no Plano Orçamentário 000J - Implantação de Maternidades da Rede Cegonha – PAC, que teve a execução física de 26 unidades estruturadas.

A expansão e renovação da frota de ambulâncias do Samu 192, em vista da melhoria do atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência para a população, também avançou com a aquisição de 1.257 veículos à conta do PO 000N - Aquisição de Veículos para o Serviço de Atendimento de Urgência - SAMU 192 – PAC.

Em 2024, 49 policlínicas também foram ampliadas, sendo empenhado o valor de

<sup>13</sup> Identificação orçamentária, de caráter gerencial (não constante da LOA), que tem por finalidade permitir um maior detalhamento da ação orçamentária

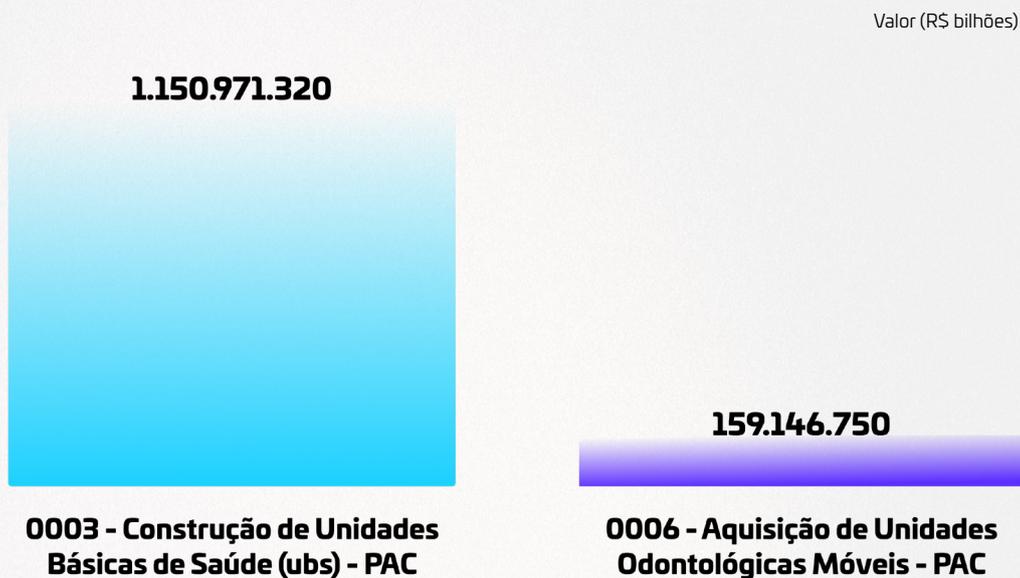
R\$ 400,3 milhões na ação 000K - Ampliação do acesso à Rede de Atenção Especializada na média complexidade com a implantação de Policlínicas.

O Novo PAC ainda contempla a ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), por meio da construção de novos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), reconhecendo a necessidade de ampliar a oferta de serviços de saúde mental. Em 2024, foram empenhados R\$ 334,9 milhões no âmbito da ação 000B - Estruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS 10 para financiamento de propostas habilitadas que compõem a Portaria GM/MS n.º 3.257, de 7 de março de 2024<sup>14</sup>.

Outro destaque foram investimentos na ordem de R\$ 145,6 milhões e de R\$ 23,0

milhões correspondentes a propostas de construção, definidas no âmbito do PAC-Seleções, de 20 Centros Especializados em Reabilitação (CER) e 20 Oficinas Ortopédicas. Segundo o Ministério da Saúde, todas as obras aprovadas estão localizadas em municípios de regiões com vazio assistencial na área de saúde, requerendo investimentos para ampliação da oferta de serviços de reabilitação no âmbito da atenção especializada às pessoas com deficiência. Assinala-se ainda que, além da habilitação 20 novos CER, houve, no ano de 2024, ampliação do porte das modalidades de reabilitação de 6 CER, totalizando 26 novas habilitações nos estados do Amazonas, do Ceará, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e de Tocantins<sup>15</sup>.

### Gráfico 10 – Distribuição do valor empenhado entre os Planos Orçamentários - PAC da Ação “8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde”



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

<sup>14</sup> Relatório de Gestão de 2024 do Ministério da Saúde

<sup>15</sup> Relatório de Gestão de 2024 do Ministério da Saúde

Tendo em vista ampliar a cobertura de atendimento da atenção primária à saúde em todo o País, especialmente em locais de maior vulnerabilidade social, houve empenho de R\$ 1,6 bilhão que financiaram equipamentos, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades Odontológicas Móveis (UOM). Em relação ao Plano Orçamentário 0006 - Aquisição de Unidades Odontológicas Móveis - PAC, o Acompanhamento Orçamentário informa que foram aprovadas 400 propostas. O processo de licitação é centralizado no Ministério da Saúde para posterior doação, mas não foi concluído em 2024. Quanto à execução física do Plano Orçamentário: 0003 - Construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) - PAC, o Acompanhamento Orçamentário informa que, do valor

empenhado para propostas de ampliação, reforma e construção de UBS, foi liquidado o valor referente à duas propostas de aquisição de equipamentos e duas reformas de UBS.

Segundo o Ministério da Saúde<sup>16</sup>, no ano de 2024, foram selecionadas cerca de 1.800 novas UBS, sendo 1.796 propostas habilitadas até 31 de dezembro de 2024, em que 1.714 propostas estavam em ação preparatória, 79 em início de execução e três em fase de execução e conclusão de obra em 1.475 municípios e o Distrito Federal. Além das 1.800 novas UBS, somaram-se 1.237 obras que aderiram ao Pacto Nacional de Retomada de Obras da Saúde, totalizando 3.037 obras de UBS no âmbito do Novo PAC.

## Gráfico 11 – Distribuição do valor empenhado por Plano Orçamentário – PAC da Ação “20K7 - Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Estruturas Produtivas e Tecnológicas para fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde”



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Em relação ao Complexo Industrial da Saúde, o maior volume de recursos foi aplicado no apoio à modernização do Parque Fabril de Hemoderivados e Biotecnologia em Pernambuco para produção de medicamentos sólidos. O projeto de modernização da estrutura fabril da Bahiafarma foi beneficiado com o segundo maior volume de recursos, seguido da modernização da estrutura fabril do Instituto Butantan para

a produção de insumo farmacêutico ativo para a vacina contra HPV. Os investimentos, no âmbito do Complexo Industrial de Saúde, implicam ganhos importantes para o incremento na produção de imunobiológicos, fármacos e equipamentos com a estruturação de laboratórios e institutos de pesquisas científicas para o desenvolvimento de novas vacinas de combate a doenças virais e infecciosas.

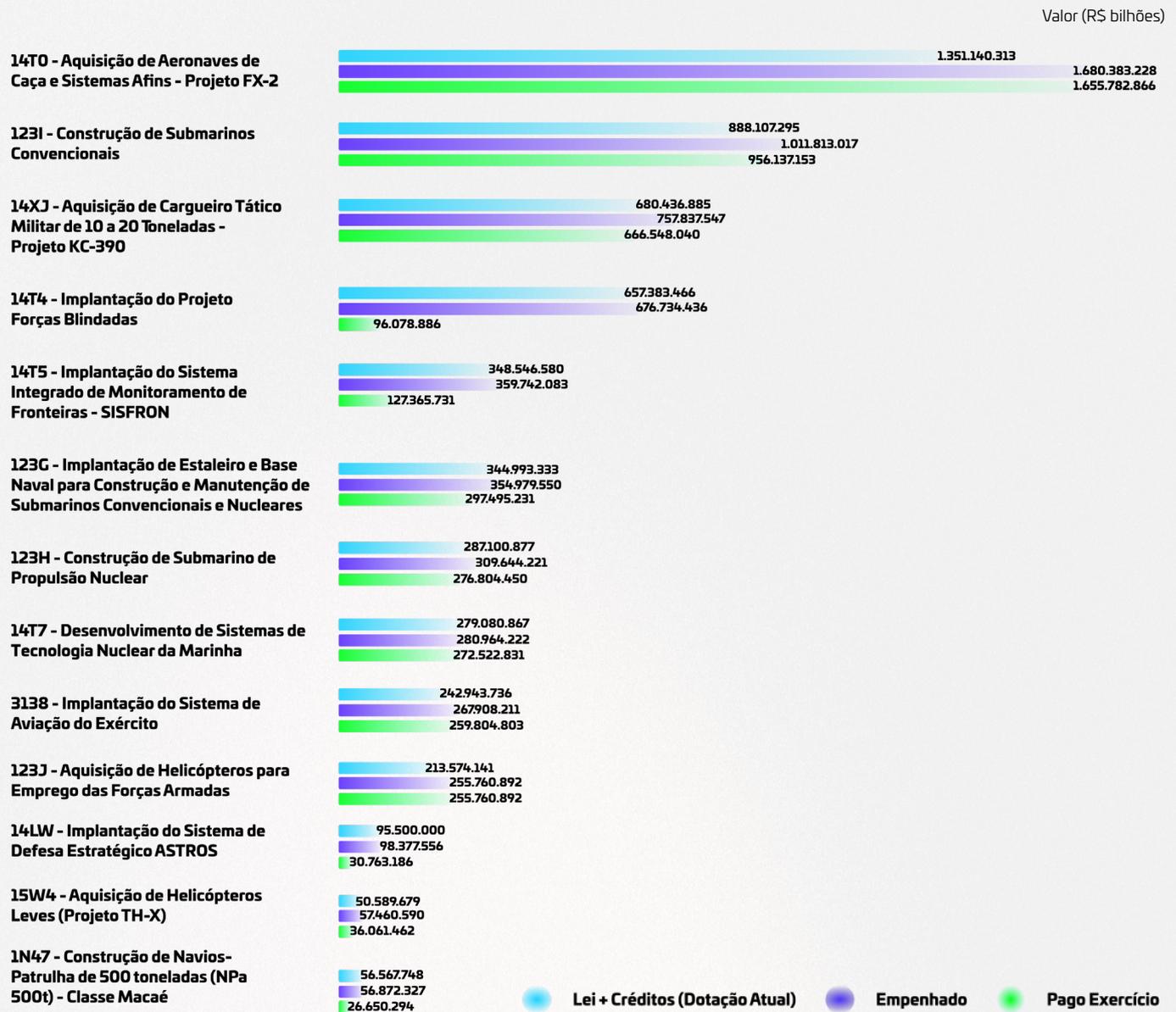
### 2.2.5. Inovação para a Indústria de Defesa

Integraram o eixo “Inovação para a Indústria de Defesa” programações orçamentárias de apenas um órgão orçamentário: 52000 - Ministério da Defesa, as quais somaram R\$ 6,1 bilhões

em valor empenhado em 2024. Deste valor, 81,2% foram pagos.

O gráfico 12 evidencia execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas ao eixo em 2024.

## Gráfico 12 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Inovação para Indústria de Defesa



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Os registros do Acompanhamento Orçamentário da LOA 2024 dão conta que mais uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo

foi entregue no âmbito da ação 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas, somando 7 equipamentos entregues até o

momento. Com os recursos empenhados na ação 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2, foram entregues 2 aeronaves de caça multiemprego em 2024. Já quanto à ação 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas, destaca-se o recebimento de duas Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média sobre Rodas (VBTP-MSR Guarani 6x6).

Outras entregas registradas no Acompanhamento Orçamentário foram a instalação de recursos de comunicação e da alocação de recursos logísticos na ação orçamentária 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON; a conclusão do pavilhão do Sistema Transportável de Rastreamento de Engenheiros em Voo na ação orçamentária 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS, a aquisição de um helicóptero de médio porte de emprego geral (FAB) na ação 123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas e um helicóptero leve (FAB) na ação 15W4 - Aquisição de Helicópteros

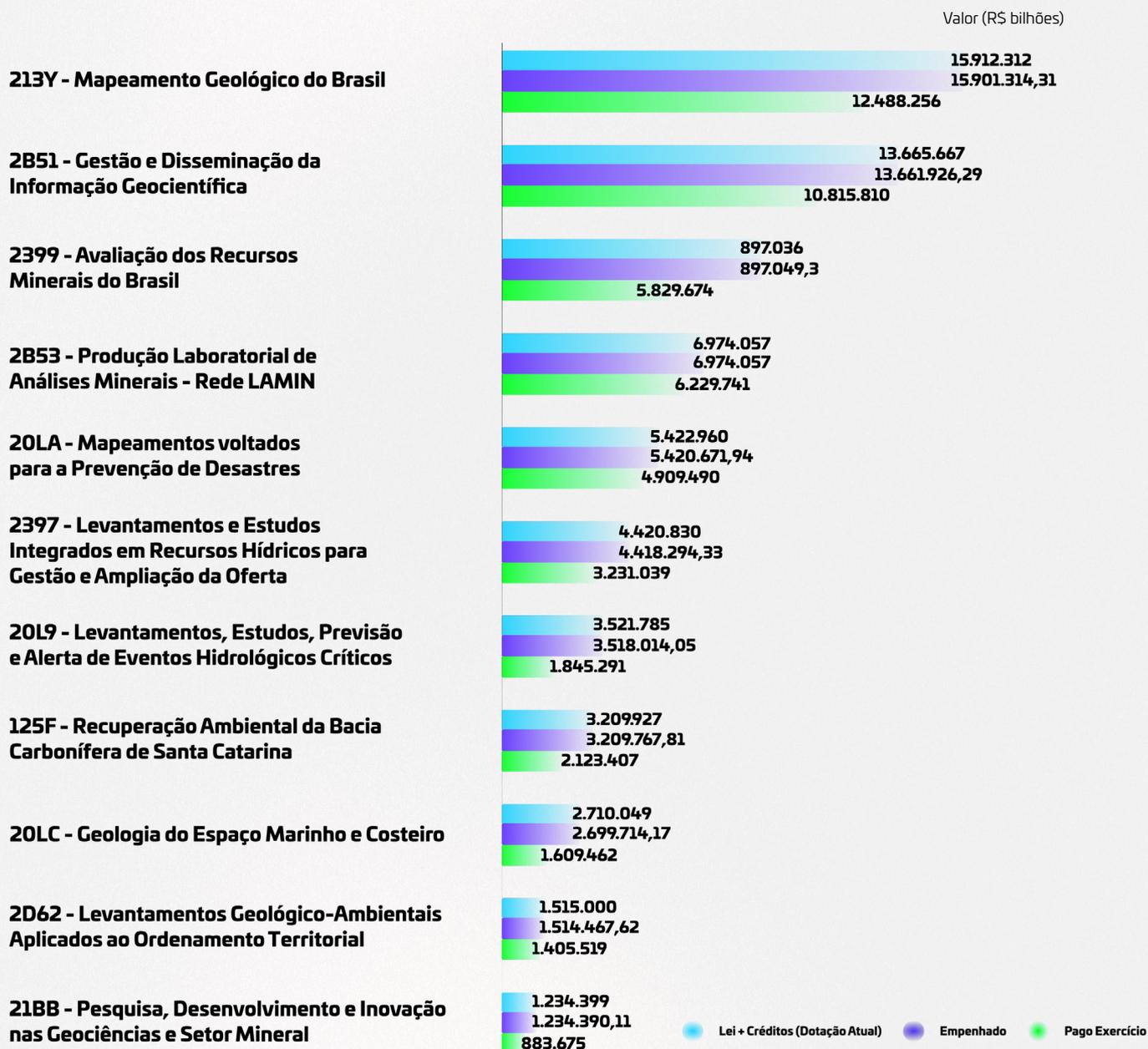
Leves (Projeto TH-X), a modernização de duas Aeronaves HM-1A Pantera K2 na ação 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército e, em especial, instalações necessárias ao apoio à operação dos S. Riachuelo e S. Humaitá na ação 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares.

#### 2.2.6. Água para todos

Integraram o eixo "Água para Todos" programações orçamentárias de três órgãos orçamentários: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e 56000 - Ministério das Cidades, as quais somaram R\$ 2,5 bilhões em valor empenhado em 2024. 49,5% deste valor foram pagos.

O gráfico 13 evidencia execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas ao eixo em 2024.

## Gráfico 13 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Água para todos



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

A ação orçamentária de maior valor empenhado foi a 5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte).

No tocante à ação orçamentária 8948 - Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural, a segunda com maior valor de empenho, as informações captadas no processo de Acompanhamento Orçamentário

dão conta que foram contratadas 133,5 mil e entregues 54,2 mil cisternas e outras tecnologias sociais de acesso à água em 2024. As cisternas entregues beneficiaram 48.509 famílias.

O terceiro maior valor empenhado, correspondente à ação orçamentária 00TN - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água, foi destinado à implantação de infraestrutura (captação, recalque, adução, tratamento,

reservação, distribuição, ligações domiciliares e intradomiciliares e sistemas simplificados) para acesso da população a abastecimento de água potável. De acordo com as informações constantes do Acompanhamento Orçamentário, aproximadamente 21.000 domicílios foram atendidos em 2024.

Para a quarta ação orçamentária com maior valor de empenho, ação 214T - Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, o processo de Acompanhamento Orçamentário registra que foram mantidas 157 infraestruturas. Ainda em relação à Integração do Rio São Francisco, os dados de execução orçamentário-financeira informam que a ação orçamentária 21DF - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco financiou a recuperação de nove reservatórios estratégicos para o abastecimento da população nordestina: Eng. Avidus/PB; Orós/CE; Prazeres/CE; Quixabinha/CE; São José/PB; Chapéu/PE; Entremontes/PE, Pau dos Ferros/RN e Angicos/RN.

Outros destaques no eixo dizem respeito à ação orçamentária OOT6 - Apoio à Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano e à OOT8

- Apoio à Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea. Na primeira foram empenhados R\$ 58,8 milhões em 2024 para início do Trecho 5 do Canal do Sertão Alagoano, a maior intervenção hídrica do estado de Alagoas. Na segunda, foram empenhados R\$ 43,2 milhões, o que permitiu a conclusão do Lote 2 do canal Acauã-Araçagy, que integra o projeto de Vertentes Litorâneas e faz parte do eixo complementar à Transposição do Rio São Francisco. Esta obra de infraestrutura hídrica visa garantir a segurança hídrica em dezenas de municípios da região semiárida da Paraíba<sup>17</sup>.

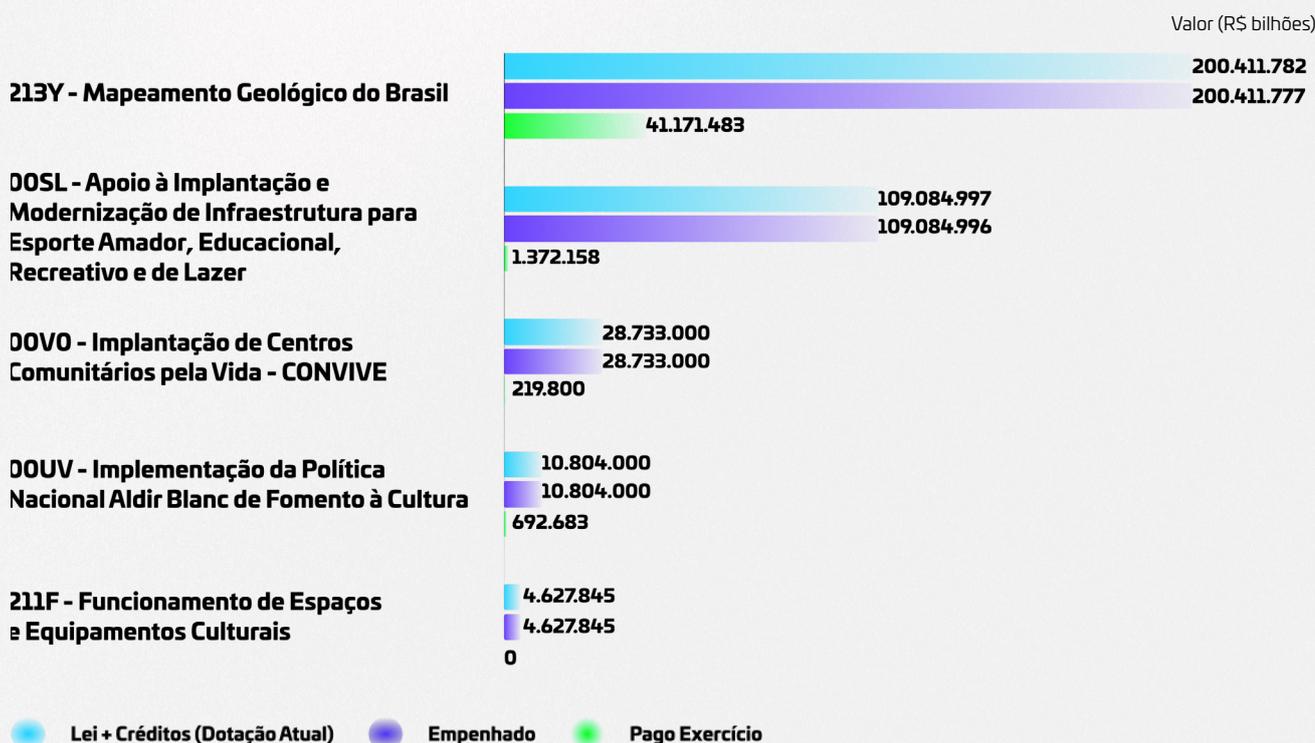
### 2.2.7. Infraestrutura Social Inclusiva

Integraram o eixo “Infraestrutura Social Inclusiva” programações orçamentárias de quatro órgãos orçamentários: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública, 42000 - Ministério da Cultura, 51000 - Ministério do Esporte e 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, as quais somaram R\$ 353,7 milhões em valor empenhado em 2024 e, deste valor, 12,3% foram pagos.

O gráfico 14 evidencia execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas ao eixo em 2024.

<sup>17</sup> <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/agua-para-todos>.| <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/governo-federal-inaugura-maior-obra-de-infraestrutura-hidrica-da-paraiba-e-beneficia-39-municipios>

## Gráfico 14 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Infraestrutura Social e Inclusiva



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Como pode ser observado, a ação orçamentária 5538 - Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades com Bens Tombados possui o maior valor empenhado no eixo, com o financiamento de oito projetos de restauro e revitalização de bens tombados como patrimônio cultural. Destacam-se a conclusão da requalificação do Teatro Dom Silvério Gomes Pimenta (Edifício Romaria) e a implantação do Parque da Romaria, ambos em Congonhas (MG). Com previsão de entrega em 2025, assinala-se a restauração do Palácio Gustavo Capanema (Centro Lúcio Costa), no Rio de Janeiro, e a implantação do Museu da Cidade, em Pelotas (RS).

Na ação orçamentária 00SL Apoio à implantação e modernização de infraestrutura para esporte amador, educacional, recreativo e de lazer, a segundo com maior valor de empenho no eixo, as informações advindas

do Acompanhamento Orçamentário mostram que foram construídos 241 Espaços Esportivos Comunitários em 239 municípios, em todos os estados e no Distrito Federal.

Já na ação orçamentária 00VO - Implantação de Centros Comunitários pela Vida – CONVIVE, a terceira com maior valor de empenho no eixo, foram celebrados Termos de Compromissos com 26 entes federados para início das construções de Convives, que são espaços destinados à promoção de cultura, esporte, qualificação profissional e acesso a serviços públicos em territórios socialmente vulneráveis, com alto índice de criminalidade. De acordo com as informações do Acompanhamento Orçamentário de 2024, foram celebrados Termos de Compromisso com 26 entes federados para início da construções dos Convives: estados da Bahia; da Paraíba; de Alagoas; de Sergipe; do Acre; do

Amapá; do Ceará (Fortaleza); do Piauí; do Rio de Janeiro; do Rio Grande do Norte (Mossoró); do Rio Grande do Norte (Natal); e do Tocantins; e Municípios de Cabo de Santo Agostinho/PE; de Campinas/SP; de Campo Grande/MS; de Castanhal/PA; de Cuiabá/MT; de Feira de Santana/BA; de Florianópolis/SC; de Foz do Iguaçu/PR; de Goiânia/GO; de Juiz de Fora/MG; de Porto Alegre/RS; de Recife/PE; de Salvador/BA; e de Vila Velha/ES.

Ademais, vale mencionar que os R\$ 10,8 milhões empenhados na ação orçamentária 00UV - Implementação da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura financiaram a construção e o funcionamento de Centros de Educação Unificada (CEU) da Cultura em diversas regiões do país. Trata-se de equipamento público de uso cultural

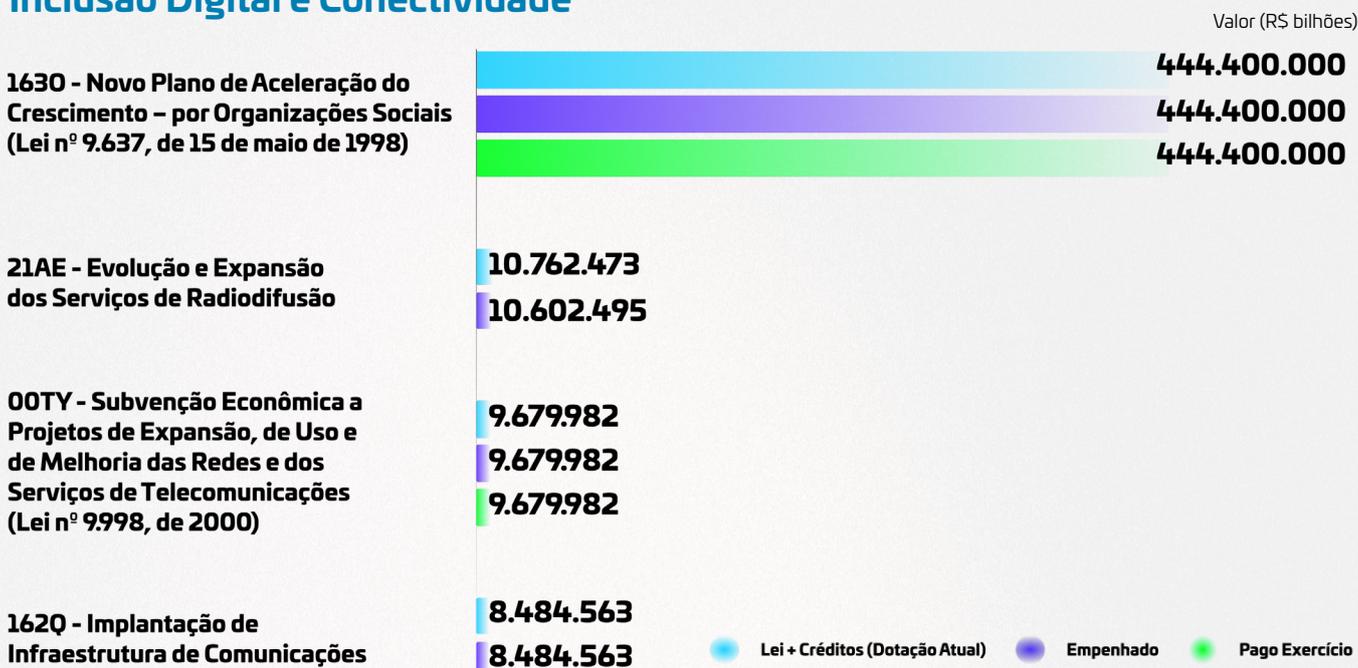
e de caráter comunitário, compostos por espaço para expressão corporal e atividade física, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades interrelacionadas à cultura.

### 2.2.8. Inclusão Digital e Conectividade

Integraram o eixo “Inclusão Digital e Conectividade” programações orçamentárias de dois órgãos orçamentários: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e 41000 - Ministério das Comunicações, as quais somaram R\$ 173,2 milhões em valor empenhado em 2024 e, deste valor, 88,9% foram pagos.

O gráfico 15 apresenta execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas ao eixo em 2024.

## Gráfico 15 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Inclusão Digital e Conectividade



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

No âmbito do Plano Orçamentário 0002  
 - Expansão TV Digital – PAC da ação 21AE  
 - Evolução e Expansão dos Serviços de

Radiodifusão, a produção física refere-se ao quantitativo de municípios a serem contemplados com novas estações

transmissoras de TV Digital da EBC/ Rede Legislativa, além da possibilidade de transmissão das programações de parceiros locais (universidades, Estados e prefeituras). De acordo com o Acompanhamento Orçamentário, será possível, com o valor empenhado, atender 25 municípios.

A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Nordeste também avançou com os recursos empenhados na ação 162Q - Implantação de Infraestrutura de Comunicações. Segundo os dados do Acompanhamento Orçamentário, em 2024, houve a conclusão das redes metropolitanas de 5 cidades polo: Irecê (BA), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Petrolina (PE) e Caicó (RN)<sup>18</sup>.

No âmbito do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), foram disponibilizados R\$ 9,7 milhões por meio da ação OOTY - Subvenção Econômica a Projetos de Expansão, de Uso e de Melhoria das Redes e dos Serviços de Telecomunicações (Lei nº 9.998, de 2000) para a projetos não reembolsáveis que, em conjunto com outros recursos, financiarão

o atendimento de 1,4 mil escolas, segundo o Ministério das Comunicações<sup>19</sup>.

O maior volume de recursos, em 2024, foi empenhado no Plano Orçamentário: 0001 - Infovias para Educação e Pesquisa - por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), da ação 1630 - Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), possibilitando abertura de chamadas públicas para selecionar provedores de telecomunicações para construir infovias em 17 estados, segundo a Rede Nacional de Pesquisa<sup>20</sup>.

### **2.2.9. Transição e Segurança Energética**

Integraram o eixo “Transição e Segurança Energética” programações orçamentárias de apenas um órgão orçamentário: 32000 - Ministério de Minas e Energia, as quais somaram R\$ 67,5 milhões em valor empenhado em 2024, dos quais 76,1% foram pagos.

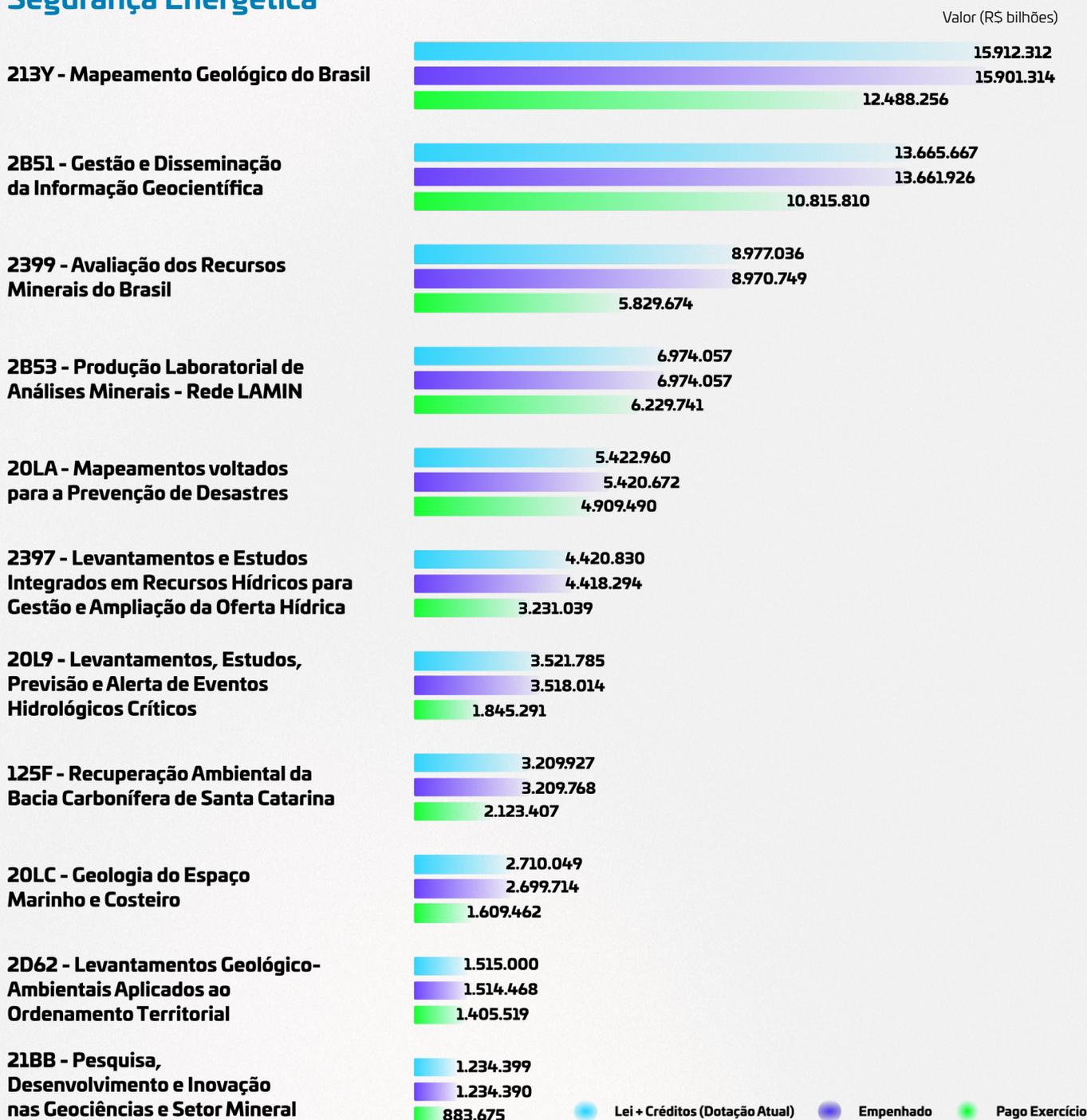
O gráfico 16 apresenta execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas ao eixo em 2024.

<sup>18</sup> Relatório de Gestão 2024. Ministério das Comunicações. Disponível: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-2024-1.pdf>

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> <https://www.rnp.br/novas-infovias-estaduais-ampliam-o-potencial-da-comunidade-academica-brasileira/>

## Gráfico 16 – Execução Orçamentária e Financeira do Eixo Transição e Segurança Energética



Fonte: SIOP Elaboração SOF/MPO

Como pode ser constatado, a ação orçamentária 213Y - Mapeamento Geológico do Brasil é a que teve maior valor empenhado no eixo. De acordo com as informações registradas no Acompanhamento Orçamentário, os projetos de mapeamento geológico conduzidos pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) resultaram na

cartografia de 84.000 km<sup>2</sup>, uma área comparável ao território da Áustria. Esse trabalho foi realizado em diferentes projetos estratégicos e regiões do país, abrangendo o Escudo Sul Rio-Grandense (RS), a região de Orizona-Catalão (MG), a área de Contendas-Macajubas (BA) e a Borda Oriental da Bacia do Parnaíba (PI e CE). Foram

ainda publicados o Mapa geológico do Estado do Amapá, o Mapa de Integração da Bacia de São Francisco e 164 cartas de anomalias para recursos minerais. Além disso, foram executados levantamentos geoquímicos prospectivos minerais, cobrindo um total de 66.000 km<sup>2</sup> de área levantada, contemplando os Projetos: Lítio (33.000Km<sup>2</sup>); Orizona (18.000Km<sup>2</sup>); Almas Dianópolis (3.000Km<sup>2</sup>); e o Tapajós Leste (12.000Km<sup>2</sup>), com vistas ao apoio à exploração sustentável de minerais estratégicos, fundamentais para a transição energética e a produção de baterias, planejamento ambiental, expansão do conhecimento geológico e exploração mineral sustentável.

Já para a ação orçamentária 2399 – Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, as informações advindas do Acompanhamento Orçamentário mostram que 42 áreas de recursos minerais foram avaliadas em diversas regiões do Brasil, com destaque para as reavaliações de níquel, em Santa Fé, e cobre, em Bom Jardim, ambas no Estado de Goiás, além da valoração de novas áreas. Mapas

de favorabilidade mineral também foram desenvolvidos para ouro, cobre e grafita em regiões estratégicas como Carajás, Província Mineral Juruena-Teles Pires, Bahia-Minas e Ceará. Outro resultado foram estudos, que identificaram o potencial de minerais para segurança alimentar em Goiás, Tocantins e na Bacia do Paraná, e de minerais industriais na Bahia, Paraíba e Paraná. Levantamentos geoeconômicos no Piauí, Ceará e Província Mineral de Carajás contribuíram para o planejamento da exploração mineral. Ademais, mapas e estudos sobre metais base, grafita manganésifera, pegmatitos lítiníferos, urânio e ocorrências polimetálicas ampliaram o conhecimento sobre áreas potenciais para minerais essenciais à transição energética e ao desenvolvimento sustentável.

No âmbito da ação 2B53 – Produção laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMI, o Acompanhamento Orçamentário registra que o empenho de R\$ 7,0 milhões e o pagamento de R\$ 6,2 milhões possibilitou a realização de 142.054 análises minerais.

## O NOVO PAC NO PROJETO ROTAS DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

O Projeto Rotas de Integração Sul-Americana é um projeto, que partindo de 190 empreendimentos do PAC em 11 estados fronteiriços do Brasil, organiza cinco rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano a fim de fortalecer as relações comerciais com os países da América do Sul e reduzir os custos de transporte entre o Brasil, seus vizinhos e a Ásia.

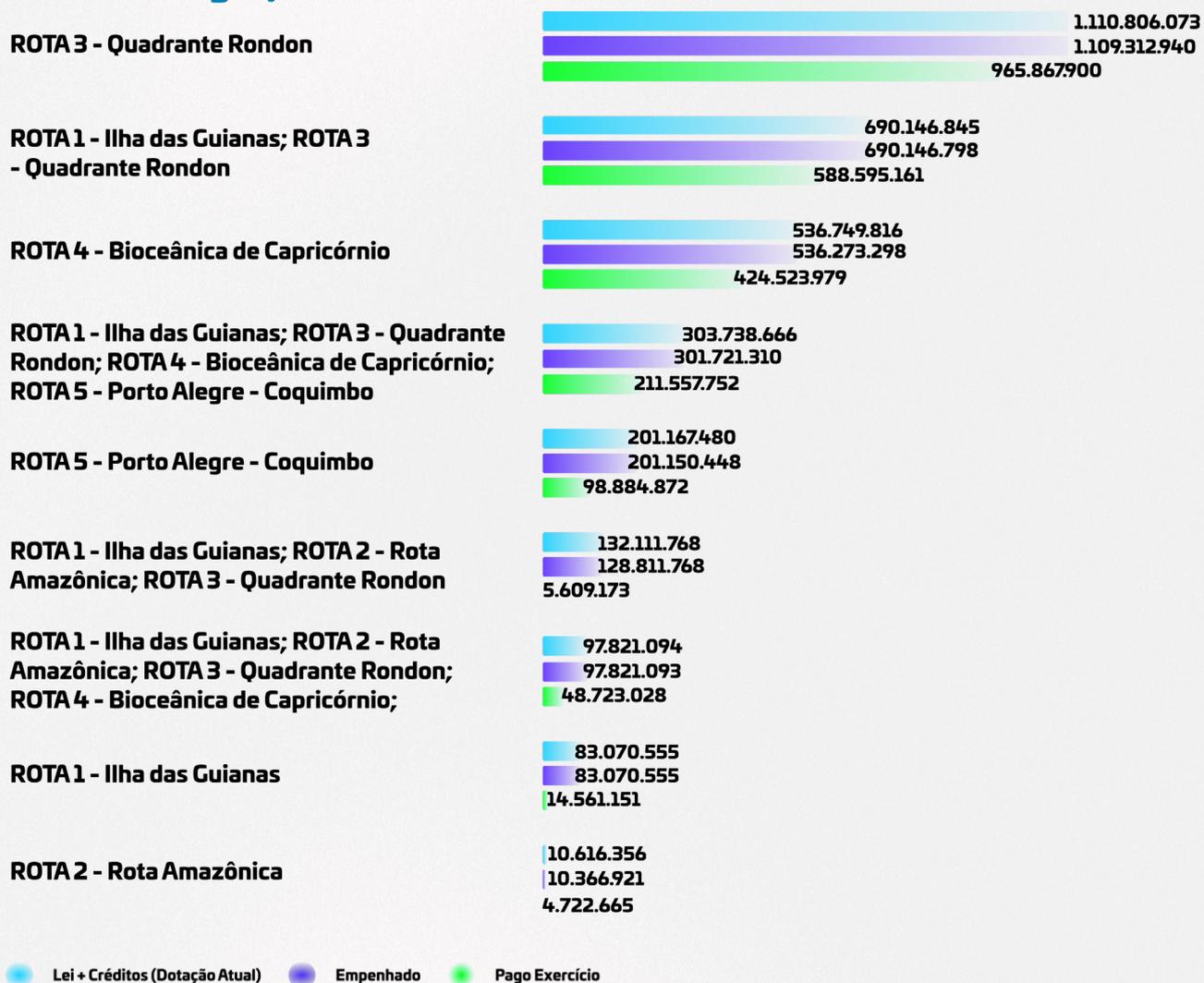
Em 2024, os empreendimentos integrantes do Projeto Rotas de Integração Sul-Americana estavam associados a 35 programações orçamentárias de três órgãos (24000 -

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 39000 – Ministério dos Transportes e Ministério dos Portos e Aeroportos), as quais somaram R\$ 3,2 bilhões em valor empenhado. Desse total, 74,8% foram pagos.

O gráfico 17 apresenta a execução orçamentário-financeira no exercício de 2024 por rota. A execução orçamentária-financeira dos 190 empreendimentos integrantes do projeto consta do apêndice 2 deste relatório e do subpainel Integração Sul-Americana no Painel do Orçamento Federal.

## Gráfico 17 – Execução Orçamentária e Financeira das Rotas de Integração Nacional

Valor (R\$ bilhões)



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

Cerca de 67% dos valores empenhados referem-se à recuperação e restauração de rodovias federais (Ação 163Q), particularmente nos Estados do Acre, do Amazonas, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia. Foram implementadas melhorias em 13,4 km de rodovias na Região Norte e 8,9 km na Região Centro-Oeste. Com R\$ 157,5 milhões e R\$ 144,4 milhões, as ações 20UC- Estudos e Projetos e 1630 – Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

responderam pelo segundo e terceiro maiores valores de empenho no âmbito do Projeto Rotas de Integração Sul-Americana. Nesta última, trata-se do Plano Orçamentário 0001 - Infovias para Educação e Pesquisa - por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998).

O gráfico 18 apresenta os valores empenhados nas programações associadas ao Projeto Rotas de Integração Sul-Americana, destacando as seis maiores.

## Gráfico 18 - Valores empenhados de programações orçamentárias associadas ao Projeto Rotas de Integração Sul-Americana do Novo PAC

Valor (R\$ bilhões)



Fonte: SIOP. Elaboração SOF/MPO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório oferece uma visão sobre os dados de execução orçamentário-financeira das programações orçamentárias associadas ao Novo PAC nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 2024, sendo uma das medidas institucionais previstas no eixo de planejamento e gestão de compras públicas do Programa.

Por ele verificou-se que, ao final do exercício de 2024, a dotação atual das 371 programações orçamentárias associadas ao Novo PAC somou R\$ 47,3 bilhões. O valor empenhado e liquidado foi ligeiramente superior, correspondendo a R\$ 47,8 bilhões. Desse total, R\$ 29,8 foram pagos.

Dos 17 órgãos orçamentários com programações orçamentárias associadas ao Novo PAC em 2024, o Ministério das Cidades teve a maior participação, com 27,3% dos recursos totais empenhados. Em seguida, estavam o Ministério dos Transportes, com 25,5%, o Ministério da Saúde, com 13,0%; e o Ministério da Defesa, com 12,9%.

No tocante aos eixos de investimento, os destaques foram “Transporte Eficiente e Sustentável” e “Cidades Sustentáveis e Resilientes”, que responderam, cada um, por 27% dos recursos empenhados no âmbito do Programa e por 32% e 34%, respectivamente, dos valores pagos.

## LEGISLAÇÃO REFERENCIADA

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023. Estabelece o novo arcabouço fiscal para a sustentabilidade da dívida pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024. Dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024 (LOA). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000. Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 ago. 2000.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 maio 1998.

BRASIL. Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023. Regulamenta dispositivos da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que institui o novo arcabouço fiscal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO